

Diagnósticos, Indicadores e Cenários para a Ação Governamental e Políticas Públicas

O "DAY-AFTER" DA
ESTABILIZAÇÃO
Cenários de Contextuação das
Políticas Macroeconômicas

Pedro Bérgamo

OUTUBRO DE 1994

ipea
INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

Diagnósticos, Indicadores e Cenários para a Ação Governamental e Políticas Públicas

O "DAY-AFTER" DA
ESTABILIZAÇÃO
Cenários de Contextuação das
Políticas Macroeconômicas

Pedro Bérnago

OUTUBRO DE 1994



O IPEA é uma fundação pública vinculada à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Controle da Presidência da República, cujas finalidades são: auxiliar o Ministro da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Controle da Presidência da República na elaboração e no acompanhamento da política econômica e prover atividades de pesquisa econômica aplicada nas áreas fiscal, financeira, externa e de desenvolvimento setorial.

PRESIDENTE

Aspásia Brasileiro Alcântara de Camargo

DIRETOR EXECUTIVO

Antonio José Guerra

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

Adilmar Ferreira Martins

DIRETOR DE PESQUISA

Claudio Monteiro Considera

DIRETOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Luís Fernando Tironi

DIRETORA DE PROJETOS ESPECIAIS

Ana Maria Peliano

**DIRETOR DE TREINAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL —
CENDEC**

Adroaldo Quintela Santos

COORDENAÇÃO DO TRABALHO

Luís Fernando Tironi

Mary de Melo Souza

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS

I PREÂMBULO

II (RE)DIAGNOSE DO IMPASSE DA CRISE DE FINANCIAMENTO REAL

III INCERTEZAS CRESCENTES

IV INTEMPESTIVIDADE DA ABERTURA AO EXTERIOR

V CONCLUSÕES

O "DAY-AFTER" DA ESTABILIZAÇÃO
Cenários de contextualização das
políticas macroeconômicas

Pedro Bérnago

AGRADECIMENTOS

Este texto só foi possível - à parte o esforço extra do autor, a quem devem ser atribuídas as respectivas falhas -, graças à cooperação da Coordenadoria de Política Macroeconômica (CPM-IPEA) e ao apoio logístico do CENDEC (IPEA), ao viabilizarem um seminário intitulado "Uma Ponte entre a Conjuntura e a Estrutura", em suas três fases: Diagnose, Método e Produtos. O texto e seus apêndices pretendem atender, em parte, a terceira dessas fases.

Direta ou indiretamente, colaboraram em pertinentes informações ou discussões, ao longo de uma ou mais das fases do seminário, os seguintes profissionais:

- Ana Maria Rezende Chagas (CPS-IPEA)
- André L. G. Dória (CPM, estagiário).
- Bolívar Pego Filho (AFIPEA)
- Carlos Eduardo de Freitas (FGV, Brasília)
- Carlos Henrique Fialho Mussi (CEPAL, debatedor)
- Christine Viveka Guimarães (DPP-IPEA)
- Cláudia Andreoli Galvão (DPP-IPEA)
- Everardo Wilson de Lima Pinho (UFRJ, mediador e debatedor)
- Fernando Fróes de Carvalho (BNDES)
- Franz Josef Brüseke (Conferencista, NAEA-UFPA)
- Graciano Sá (Consultor, debatedor)
- José Alex Sant'Anna (DPP-IPEA)
- Lélío Rodrigues (SEPLAN-PR)
- Márgela I. G. L. Guimarães (DPP-IPEA)
- Manfredo Ajaújo de Oliveira (Conferencista, UFCE)
- Margarida Maria Souza de Oliveira (INEP-MEC)
- Maria Alice Jaeger (Consultora)
- Mary de Melo Sousa (Coordenadora da CPM-IPEA)
- Paulo Zolhof (CPM-IPEA)
- Ruy Silva Pessoa (CPM-IPEA)
- Sérgio Alencar Buslik (CPM-IPEA)
- Wilson F. de Paula Filho (PGR)

Os participantes também agradecem a hospitalidade do CENDEC, na pessoa de seu Diretor, Adroaldo Quintela Santos, bem como o apoio de Ana C. de Sá Roriz e Sérgio P. B. Cardoso (CENDEC), bem ainda de Maria da Glória Oliveira e Humberto Watson Chaves Bastos (CPM-IPEA).

I PREÂMBULO

O Plano Real logrou, ainda que temporariamente, quebrar a inércia com que era reproduzido o elevado nível da taxa de inflação. Neste sentido, o plano já acabou.

A propósito do Plano Real, existem questionamentos que vão desde dúvidas quanto a consistência macroeconômica das medidas adotadas, passando pela acusação de insuficiência destas medidas, mas confluindo para a necessidade de um conjunto de reformas ditas estruturais, uma espécie de "quarta fase" das medidas estabilizadoras. (Ver: "A Conjuntura do Plano Real" - Apêndice A -, cuja leitura é recomendável fazer imediatamente, inclusive para um melhor entendimento deste texto).

Conquanto não exista consenso sobre o conteúdo dessas reformas, estas seguiriam uma seqüência¹: (1^ª) privatização ampla, a única maneira de gerar um mínimo de recursos adicionais, inclusive para sustentar outras reformas; (2^ª) a da previdência; (3^ª) a do funcionalismo; e, (4^ª) aquela de simplificar e racionalizar o sistema de impostos, bem como aliviar a carga em certos segmentos contributivos.

Feitas essas reformas, a estabilidade seria mantida, desde que tenham continuidade as atuais medidas: taxa de câmbio flexível, política monetária rígida, preços públicos controlados e equilíbrio das contas públicas (este a depender das reformas em apreço).

Conquistada, finalmente, uma perspectiva de estabilidade mais duradoura, o país teria como voltar a crescer, graças, especialmente, à entrada de recursos externos sob forma de investimentos diretos e de risco. Assim, o Brasil evitaria sair da situação de uma "Belíndia" para a de uma "Banglabânia" (estabilidade sem crescimento e com crise do Estado).

Diante desse (caricatural) "roteiro" programático de um futuro governo, inusitadamente liderado pelo federal, este trabalho persegue uma argumentação de duplo alcance:

(1^ª) persiste uma inércia inflacionária, à margem, devida a determinantes cuja influência não tem sido sequer apropriadamente diagnosticada; e,

(2^ª) mesmo que ocorra crescimento, o programa implicará aumento de iniquidade² e, dada a extensão já observada desta mesma iniquidade, tal aumento tenderá a inviabilizar a sustentação desse crescimento, muito antes do que se possa imaginar. Em outros termos, teria findado a era do crescimento com (re)concentração de riqueza e renda, a começar no Brasil, mas já em vias de o impasse se universalizar. (Ver: "A Questão da Equidade no Projeto Nacional" - Apêndice B -, cujo conteúdo é pré-condição para avaliar o aprofundado sentido de conjuntura de crise e de estrutura neste texto).

Na perseguição desses argumentos, o texto se subdividirá em três principais partes: (1^ª) uma (re)diagnose das implicações da crise de financiamento real e dos impasses em encaminhá-la para solução, com destaque para o impasse da "relativização da garantia de

¹ "O desafio é crescer, não conter os preços". In: *Gazeta Mercantil*, 02.09.94. p 3.

² *Percepção de equidade/iniquidade tem a ver com uma solução crítica da produção real, tanto por parte daqueles que se beneficiam com tal solução, quanto de outros que descobrem a possibilidade de beneficiar-se.*

propriedade" (expressão a ser melhor definida mais à frente); (2ª) incertezas crescentes, em decorrência da relação entre "imprevisibilidade econômica" (idem) e relativização da garantia da propriedade; e, (3ª) a "intempestividade da inserção internacional" (idem).

Por tratar-se de uma análise global, este texto tem, por principal eixo temático, uma disputa por quinhões de "pré-requerimentos de sobras da produção"³, disputa na qual se envolvem "titãs" (os atores sociais mais decisivos), sob as égides do estado e do capital, basicamente. Tal disputa não é neutra em relação ao nível das sobras já pré-requeridas à produção real, pois, se ela mesma não implicar quinhões adicionais de tais sobras, pelo menos o seu custo, para ser coberto, exigirá da produção real sobras à margem.

Esta análise preocupa-se com a emersão, à superfície da conjuntura em que foi quebrada a inércia da elevada taxa inflacionária, de determinações negativamente ativas que procedem de componentes estruturais da realidade nacional. Tal escopo analítico, além de inusitado, vai exigir do leitor uma incomum vivacidade de raciocínio.

II (RE)DIAGNOSE DO IMPASSE DA CRISE DE FINANCIAMENTO REAL

A propósito das reformas (quarta fase do Plano Real), há observações mais abrangentes a serem tecidas.

Embora haja reconhecimento, ainda que de forma bastante implícita, de que tenha que ser "real", desde o próprio financiamento das reformas, é preciso levar em conta que não somente os objetos de reforma, mas sobretudo o próprio alcance "realista" do financiamento, constituem meros sintomas de uma determinação mais radical: "o MODO de pré-requerer sobras (excedentes) da produção, seguido do centralismo em destiná-las"⁴.

Para se entender o conteúdo dessa observação, é preciso recorrer a uma brevíssima (re)diagnose da crise de financiamento real do modelo de desenvolvimento do País, ou melhor, da fragilização da ponte entre conjuntura e estrutura, ponte que mediou o crescimento da economia brasileira por mais de quatro séculos.

Com efeito, entre 1534 e 1950-59, tal ponte era constituída por uma peculiar associação entre, de um lado, trabalho inicialmente escravo e finalmente mal remunerado, e de outro lado, extensões de recursos naturais aptas, tanto a maximizar margens de comércio

³ A expressão "pré-requerimentos de sobras da produção" constitui eixo das análises aqui desenvolvidas e se refere a um determinado encadeamento de fenômenos: (1ª) se produzir constitui alternativa única de sobrevivência, e mesmo de qualidade de vida, então, e antes mesmo de a produção ser empreendida, é preciso calcular se ela suporta algum nível de ônus em termos de sobras de seus resultados, de tal forma que nenhuma atividade será tocada se não houver perspectiva de suportar este mesmo ônus; (2ª) o sujeito da produção, diante de supervenientes acréscimos em tal ônus, defronta-se com um dilema: ou reduz os meios de sua sobrevivência, e mesmo de sua qualidade de vida, ou produz mais; (3ª) a alternativa de produzir mais tem assumido, e estrategicamente, um sentido existencial-prático na evolução do progresso técnico; e, (4ª) disputa por pré-requerimentos de sobras da produção tem custos (desperdícios), os quais, de per si, tornam-se supervenientes acréscimos de ônus a recair sobre a produção, fato que, também em sentido existencial-prático, constitui o "ponto cego" (ou as "costas") do progresso técnico e cuja consideração faz a diferença da (re)diagnose aqui perseguida.

⁴ A propósito do MODO em questão, este tem sido "essencialmente" contraditório: se pré-requerer sobras faz, de per si, aumentar a produção, basta, por isto mesmo, pré-requerê-las, para que aconteça o dito "progresso". Além disso, tal pré-requerimento constitui expansão de comando (este decorrente da propriedade, implicitamente também expandida), levando a produção real a ser sempre mais alternativa única de sobrevivência, e mesmo de qualidade de vida, para estratos sociais cada vez mais amplos ("virtude" involuntária ou socialmente impingida). Tais questões foram minimamente observadas na história pátria e teorizadas em outros textos: BÉRGAMO, P. "Delimitação das Desigualdades no Brasil. Etapas de esgotamento do velho modelo de desenvolvimento nacional". Brasília, jan/94, mimeo. (Em editoração pelo IPEA). ---. "Diagnose dos impasses regionais-globais do desenvolvimento do Brasil. Dos limites de se recorrer à desigualdade". Brasília, jan/94, mimeo. (Em editoração pelo IPEA). ---. "A contradição enquanto método". Ago/94, mimeo. (circulação restrita).

externo, quanto a serem exploradas por técnicas consentaneamente disponíveis. Dessa forma, obtiveram-se sobras de produção tão amplas quanto o necessário, para que percalços do crescimento acabassem superados.

Paralelamente, o uso preferencial dessas sobras ocorreu de início, em Lisboa, uso que progressivamente foi assumido por centralidades administrativas no Brasil: Salvador, Rio de Janeiro e Brasília, de uma perspectiva nacional, bem como por São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Porto Alegre, Fortaleza, Curitiba, Belém, Goiânia, Manaus, entre outros centros, para citar os principais em uma perspectiva mais regional.

Essa lógica de obtenção de sobras de produção em todo o território e destinação das mesmas de forma demasiadamente centralista tem sido puramente imitativa. O Brasil tem procedido exatamente como os demais países, inclusive naquilo que os já desenvolvidos acabaram vitoriosos. Nestes últimos, especialmente entre os pioneiros, aquela obtenção de sobras tem ocorrido em todo o planeta. "Migalhas" têm sido destinadas, domesticamente, à capacitação humana para produzir, graças, pelo menos por um período crítico, à "luta de classes".

No Brasil, esse modelo tem estado em crise, sendo a década de cinquenta o marco inicial mais decisivo dos fatos pertinentes.

Tendo-se em conta que os acréscimos mais extremados na taxa de investimento são também mais decisivos para a expansão econômica, o ocaso do ciclo do "rei-café" fez minguar tais acréscimos, no sentido dos mais para os menos extremados. E o fez, justamente, quando o país ampliava drasticamente suas demandas por investimento, de acordo com um projeto nacional em que a inércia do velho modelo pouco ou nada havia sido modificada (Plano de Metas). Priorizava-se o acesso a novas fronteiras (Amazônia Legal) e concentrava-se a centralidade de uso do excedente (Brasília e incentivos ao Nordeste, estes preferencialmente drenados para os centros litorâneos).

A capacitação do povo a produzir ficou para trás, a reboque de interesses de uma antiga acumulação mercantil, de vezo meramente extrativo de valor econômico⁵. Sequer a educação básica logrou ser priorizada.

Ao contrário do que ocorre no plano internacional, a iniquidade do processo brasileiro de antecipar o desenvolvimento, antecipação até agora alcançada à base de um crescimento econômico alheio à lógica de apropriação dos excedentes, leva a que as suas conquistas de bem-estar sejam contestadas. É que, em não havendo fronteiras políticas que mantenham à distância os excluídos, a tendência é aquela de as periferias se justaporem às centralidades, de acordo com uma difusa racionalidade dos agentes e, aí, cercarem "o castelo de cristal" das minorias privilegiadas⁶. Este fato constitui uma relativização da garantia da propriedade.

Com tal fragilização da ponte entre a conjuntura e a estrutura coincide a dita "tirania curto-prazista", termo que se reporta a uma ilusão ótica: o apelo ao "realismo" dos recursos

⁵ O eixo desta acumulação deixou de ser o comércio exterior e se transferiu para obras e compras estatais.

⁶ A propósito, ver: BÉRGAMO, P. "Diagnose de crise socioambiental. O caso brasileiro como síntese global". Texto apresentado no Encontro Internacional "Lugar, Formação Socioespacial, Mundo", ocorrido na USP, nos dias 8, 9 e 10 de setembro de 1994.

financeiros, levantados graças a manipulações da tríade "fisco-moeda-câmbio", sem se dar conta de que se intenta substituir a inequívoca REALIDADE do financiamento em geral⁷.

A escassez de financiamento real tem sido administrada de forma a intensificar ela mesma, uma questão de difícil entendimento, para não dizer até hoje impossível, porque os problemas decorrentes do MODO de obter sobras não são levados em conta, ainda que se tente anulá-los com a destinação destas mesmas sobras.

De tal perspectiva, as reformas, até o momento aventadas, pouco ou nada dizem a respeito de medidas no sentido de alterar o modo de obter sobras da produção, bem como o centralismo em destinar tais sobras. Além disso, continuam alheias à fonte residual de tais sobras ou à (re)capacitação do povo a produzir, questões ainda sequer coerentemente diagnosticadas (conforme o tripé de impasses mais decisivos da modernidade tupiniquim, item III - Produtos - do Apêndice B). Por falta de uma espécie de (re)diagnose dos impasses da crise de financiamento real, essas questões não têm sido encaminhadas para solução, ainda que a longo prazo (Lugar dos mortos?!).

A inserção dos recursos externos nesse contexto tem apresentado dois aspectos que precisam vir melhor avaliados: (1^ª) garantia de sobras (lucros) a serem remetidas, tendo, por parâmetro global, uma taxa "realista" de retorno competitivo no exterior⁸; e, (2^ª) tendência de tais recursos serem atraídos, graças à intervenção de (ir)responsáveis pelos destinos do país, como se os mesmos recursos fossem, domesticamente, um prolongamento da velha associação entre trabalho escravo ou sub-remunerado e recursos naturais a depredar, pois, tem havido uma socialização dos custos que no presente estão a ocorrer e um adiamento das novas obrigações para as gerações futuras. Assim, da perspectiva do MODO de obter sobras da produção e do centralismo em destiná-las, os recursos externos tudo têm para constituírem "bombas de efeito retardado".

Dado, então, tal impasse da relativização da garantia da propriedade, o que, em rigor, é preciso esperar das reformas em causa? Servirão, presumir-se-ia, para impedir que a tríade "fisco-moeda-câmbio" deixe de ser ilusoriamente substituída da fonte de financiamento real. Na ausência dessa presunção, espera-se, pelo menos, que tal tríade seja conduzida, de forma que as contas públicas permaneçam equilibradas, a administração da moeda e do crédito sejam coerentes com exigências da produção real e que a taxa de câmbio seja compatível com o equilíbrio das contas externas do País, pelo menos a médio e sobretudo a longo prazo. Ora, historicamente tais objetivos têm desafiado todos os governos de plantão, os quais não se sucedem com suficiente compromisso em adotá-los. Na atualidade, haja vista, sobretudo, à relativização da garantia da propriedade, até mesmo esses objetivos assumem características inusitadas, fato que induz ao aprofundamento das pertinentes análises.

⁷ *Trata-se de ilusão - da perspectiva global, obviamente -, cujo marco inicial foi o funcionamento do primeiro Banco do Brasil (1808 a 1829). SANTOS, R.M. "A ultrapassagem dos limites à mercantilização interna: Brasil, da Colônia à Independência", In: ANPEC - Anais. Volume II.*

⁸ *A taxa "real" de expansão dos ativos financeiros tem sido muito superior às taxas de juros de quaisquer prazos, razão pela qual o estoque desses ativos já se constitui múltiplo do PIB mundial. Por isso, é preciso ter em conta o "realismo" dessa expansão como possível parâmetro externo, pelo menos enquanto taxa de expansão de "comando" antecipadamente criado sobre a riqueza mundialmente disponível. É preciso notar, ainda, que as próprias taxas de juros tendem a ser mais elevadas que a taxa de crescimento da produção, esta sim real.*

III INCERTEZAS CRESCENTES

A análise das incertezas crescentes quanto a uma previsibilidade econômica fica estatisticamente prejudicada, quer pela indisponibilidade de séries de dados sobre a apropriação funcional da renda, quer pela desconsideração de questões distributivas, mormente de acesso à propriedade por trás da insegurança em geral.

No caso das contas nacionais brasileiras, existem apenas duas tentativas (1980 e 1985) de se quantificar certa lógica de apropriação da renda, processada à base das rubricas (imprecisas) de "remuneração dos empregados" e do resíduo desta, o dito "excedente operacional bruto". De acordo com a fonte dos dados⁹, a "remuneração dos empregados" ficaria com cerca de 40% do PIB, enquanto os restantes 60% ficariam para remuneração do capital e dos governos (exceto empregados deste).

De fato, esses números dizem muito pouco. Estudando-se, porém, alguns casos no plano internacional, ao longo da década de 80, constata-se que aí tendeu a existir, ou estabilidade da participação na renda por parte da rubrica "compensação dos empregados" (Japão e Suécia, basicamente), ou queda desta "compensação" (França, Inglaterra, Alemanha, USA e Itália). Esta queda resulta menor, ou mesmo é revertida, se a "compensação dos empregados" do governo passa a ser considerada estrita contrapartida de tributos, ou seja, fazendo parte do "excedente operacional bruto", o que é empiricamente sustentável. Esta tendência levanta suspeitas, também no exterior, a propósito de algo que, no Brasil, já é observável a olho nu.

Com efeito, a "remuneração dos empregados" no mercado doméstico de trabalho, sobretudo em setores competitivos e menos organizados, já atingiu uma linha de indiferença entre ocupação dita informal (com renda incerta, porém aberta a chances de melhorar, por mais remotas que sejam as chances) e emprego (com renda certa, porém fechada a qualquer perspectiva de melhoria). Nesta situação, a correspondente massa de salários não mais tem como ser marginalmente reduzida. Ao contrário, precisa ser aumentada, mesmo que às custas de "sonegação" de encargos sobre a folha (aumento de empregados sem carteira assinada). Assim, o ponto mais fraco do sistema deixa de ser o emprego mais desorganizado, e nos setores mais competitivos, deslocando-se para o trabalho com maior dificuldade ético-moral para sustentar sua participação na renda: os empregados públicos.

Assimetricamente, e por serem em última instância tão somente auto-reguláveis, não têm usualmente perdido participação na renda, não só o estado (tributos, senhoriação e eventual imposto inflacionário), mas sobretudo, e autojustificadamente, a remuneração do capital (lucros em geral, juros, "royalties", aluguéis, "mark-ups" e outros). Estão, sim, ambos a disputar quinhões, à margem, desta participação, disputa cujo custo implica alargamento dessa mesma participação em favor de ambos.

Em rigor, trata-se de uma queda de braços entre "titãs", a qual tem inserção diferenciada, inclusive no plano internacional. Nos países mais genuinamente capitalistas (USA e Inglaterra, basicamente), uma hegemonia da remuneração do capital, contra uma

⁹ FIBGE. "Contas consolidadas para a nação. Atualização para 1990". Rio de Janeiro, jul/91. (Informação para a imprensa. Texto 080). Quadro 2. Conta 2.

"dependentemente" regulada participação do estado, tem feito com que a queda de braços tenha um vencedor (o capital). No extremo oriente (Japão, Coréia e outros), por força da dominância de relações sociais hierárquicas, esta queda de braços já tem um vencedor milenarmente definido - a produção real -, fato que os torna potencialmente os mais competitivos¹⁰.

Já o caso do Brasil, este se coloca como o mais atípico, ou seja, potencialmente o menos competitivo.

Temos uma peculiar herança patrimonialista¹¹ no tratamento dos negócios do Estado, fato que significa inexistir "dependência" regulada do estado diante do capital. De outra parte, há uma tentativa de internacionalização da hegemonia do capital, tendo por "testa-de-ferro" o sistema financeiro residente no País, à frente o próprio Banco Central e uma plêiade de economistas "PHDs", pós-graduados e mesmo graduados, todos ideologicamente "programados" para conquistar tal hegemonia.

No entanto, na esteira do que foi o "Estado-Comerciante" lusitano, tendo início aqui no Brasil, já em 1808, o patrimonialismo tornou-se "Estado-Banco", algo ainda não "auto-questionado" pelos economistas de plantão, inclusive porque eles mesmos não conseguem sacudir dos seus ombros a herança patrimonialista: são bons banqueiros, desde que sustentados pelo Estado, direta ou indiretamente.

Assim, a serviço da conquista de hegemonia para o capital financeiro internacional, e contudo privilegiadamente mantidos pelo Estado, profissionais influentes, e não apenas economistas, jamais têm logrado entender que, para desatar o "Nó-Górdio" da "desordem" institucional, o passo estrategicamente mais decisivo seria uma radical desestatização da intermediação financeira. Então, sim, o País daria uma guinada definitiva para o veio genuinamente liberal do capitalismo. Porém, esses profissionais resolveram "blefar" com a "privatização ampla" do setor produtivo estatal. Vale, então, perguntar: se uma sociedade que não é capaz de regulamentar o seu próprio setor público, como então regularia o MODO de pré-requerer sobras da produção pelo capital? Os processos capitalísticos de (re)concentrar renda têm seguido, em países periféricos, as mesmas regras que vigem, para dentro, nos países (desenvolvidos) de origem?

Por mais que o capital não declare a autojustificação do direito de atribuir, hegemonicamente, sua própria participação na renda, a conquista deste direito vem constituindo o eixo da "inovação" institucional, ora em franco andamento no Brasil¹². Contudo, o vezo patrimonialista tem feito com que o estamento dos políticos jamais

¹⁰ Em tal "extremo-orientalismo", estado e capital se subordinam, pelo menos domesticamente ou para dentro, à necessidade de produzir e, hoje, cada vez mais competitivamente. O nível de "excedente operacional bruto" resulta não apenas mais estável, viabilizando o cálculo econômico inclusive a longo prazo, mas também mínimo, favorecendo a competitividade, adicionalmente a fatores meramente microeconômicos. Presumidas essas características, e se, absolutamente, inexistirem restrições ao comércio internacional, o dito Extremo Oriente implodiria as relações sociais e de produção no "ocidentalismo", onde quer que este se encontre.

¹¹ O termo é oriundo de "patrimonialismo": "... forma de poder, cuja legitimidade assenta no tradicionalismo - assim é porque sempre foi." FAORO, R. "Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro". 5 e. Porto Alegre: Ed. Globo, 1979. V. 2. p 733. Tal forma de poder foi "... o centro da aventura, da conquista e da colonização (o qual) moldou a realidade estatal, sobrevivendo, e incorporando na sobrevivência, o capitalismo moderno, de indole industrial, racional na técnica e fundado na liberdade do indivíduo ... A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois, em linhas que se demarcam gradativamente". Ibid. (Grifo desta análise).

¹² Os "sacerdotes" e "sacerdotisas" da autojustificação em causa têm habitado o estamento dos profissionais que se "devotam" a uma absolutizada racionalidade de mercado, sem sombra de dúvida, o mais contraditório dos estamentos que parasitam o uso das sobras da produção no País. Na edição do Plano Real, o Presidente do Banco Central e demais diretores têm que constituir autoridades acima de qualquer suspeita.

abdicasse de exercer a hegemonia do estado em monopolizar tal direito¹³. Por isso, (para desventura de nossas ambições passadas e, quiçá, oportunidade para correção de nossos rumos ao futuro) a saída para frente tem sido o Estado-Banco, daí a força dos bancos estatais, estes, sim, a fonte dos impasses institucionais a serem ultrapassados para a conquista da hegemonia do capital em proceder de acordo com o MODO de obter sobras da produção e de destiná-las centralistamente (nichos de melhor qualidade de vida, presentes também no interior de países ditos subdesenvolvidos). Sem a privatização do sistema financeiro, o País não será, como o almejavam os adeptos de "Brasil, Potência Emergente", um vitorioso de acordo com a lógica unicista e excludente da apropriação!

Em suma, os quinhões de participação na renda, ora dos capitais financeiro, industrial e mercantil (incluído neste último a economia informal, graças ao vácuo institucional em que arbitra seus preços), ora do Estado, ora ainda do emprego sem carteira assinada (este desde o primeiro semestre de 1992), são os únicos que não tendem a perder suas participações.

O quinhão do capital financeiro não perde tal participação porque, já em sua "essência", este capital pretende não se depreciar, mas também, porque, em contextos periféricos e sobretudo cronicamente instáveis, as taxas de juros tendem a ser mais elevadas, além de oscilarem em margens mais amplas. Na periferia-Brasil, já é a própria realização do juros que os faz viciosamente oscilarem, diante da urgência em se evitar que o pertinente poder aquisitivo não seja exercido (presumido motivo de a desindexação da remuneração do capital não ter sido sequer cogitada no "day-after" da inauguração da "nova" moeda). Além disso, o nível elevado e a amplitude das oscilações das taxas de juros são alavancados por parâmetros internacionais, ou seja, por taxas "reais" de expansão dos ativos financeiros no exterior, alavancagem escudada na garantia de ser medida na moeda internacionalmente mais demandada e cujo "realismo" expõe-se como "custo de oportunidade" para proporções crescentes do capital doméstico)¹⁴.

(Vale, à esta altura da análise, abrir parênteses para levantar duas questões que muito têm a ver com tal alavancagem e com a disputa por sobras da produção.

A primeira dessas questões diz respeito ao fato de tal alavancagem conter, em sua esoteria de procedimentos, um problema mais crítico: o "realismo" auto-construído da expansão financeira enquanto "comando" (função da propriedade), antecipadamente criado, sobre conteúdos de riqueza real. Se tal "realismo" é, em rigor, criável, não o fazer apenas internamente é algo que emerge estranho, para não dizer absurdo. A propósito, o interesse de investir no País - causa básica da expansão das reservas internacionais nos últimos meses -, tem tido implicações até certo ponto desconcertantes: (1^a) as exportações deixam de ser a fonte primária e real de divisas e com elas a taxa de câmbio conveniente a tal

¹³ *Sintoma claro de tal não-abdicação foi o conteúdo do Art. 192. Parág. 3º, da Constituição de 1988, o qual estabeleceu o teto de 12% ao ano para a taxa de juros a vigorar no País. No contexto do Plano Real, o Presidente da República emerge acima do bem e do mal. Sintoma desta emergência está em as metas de emissão de moeda, apesar de fixadas, poderem, a qualquer momento, serem ampliadas por uma "Medida Provisória", original ou mesmo reeditada.*

¹⁴ *Radical abertura para o movimento de capitais, sintomaticamente, tornou-se a nova bandeira de muitos economistas tupiniquins, sobretudo aqueles preocupados tão somente com o "realismo" dos ativos e com as comissões de repasse ou de transações em bolsa de valores. Além disso, fazem questão de abstrair a incerteza inerente a tal "realismo", tendo em vista que o montante de tais ativos "existe" na razão inversa da taxa esperada dos respectivos rendimentos. Caso se espere que esta taxa baixe muito no mercado internacional de capitais, qual a sobrevalorização cambial ou mesmo nível da tarifa tributária que neutralizaria o interesse de capitais financeiros em "investir" no País? Haja fé no liberalismo, para não se recorrer a "bolas de cristal" em busca de tais medidas!*

papel do comércio de utilidades; (2ª) o País precisa importar mais, dispendendo mais rendas não geradas internamente com produção vinda do exterior (consumir-se-ão coisas produzidas pelos estrangeiros, gastando o dinheiro deles mesmos?! O "pobre" não desconfiaria de tamanha "esmola"?!); (3ª) sustenta o que se deveria chamar de "armadilha do juro alto" (tem-se que emitir moeda para comprar divisas e simultaneamente emitir títulos para drená-la, de volta, ao Banco Central); (4ª) socializar os encargos sobre tais títulos e privatizar estes mesmos encargos como remuneração de bancos e aplicadores, (re)concentrando o citado "comando" (função da propriedade) sobre a riqueza real: e, (5ª) tudo isso só tem uma implicação mais geral: de nada adianta ter o "orgulho" de uma moeda doméstica; parta-se, logo, para a internacionalmente mais aceita, a não ser que a moeda nacional sirva a outros propósitos. Entre estes, não restam dúvidas, estão aqueles da disputa por quinhões, inclusive à margem, de sobras da produção como instrumento básico de um "pacto de menos desiguais" (relação entre Estado e sistema financeiro e vice-versa), pacto que lhes garante uma posição de vitoriosos em tal disputa¹⁵.

A segunda das questões em apreço diz respeito à estrutura doméstica da produção. Dado que, a longo prazo, e para os capitais industrial e mercantil, é muito alta a taxa de retorno para ser competitiva com o "realismo" em causa, empreender a produção (real) tem basicamente três alternativas existenciais: (1ª) concorrência imperfeita ou poder sobre os preços, à base de cartéis, oligopólios e monopólios; (2ª) estatal; e, (3ª) ficar à margem do mercado formal (economia subterrânea). Sintomaticamente, uma arrasadora dominância destes três estratos têm caracterizado a estrutura produtiva do País. Como tal estrutura responderia à abertura ao exterior? A resposta deixa poucas dúvidas: aumento de informalização, da sonegação, da cartelização (que já existe até no setor de padarias) e do desemprego. E como responderia à privatização ampla? Ora, diante da pertinente racionalidade, responderá com mais concorrência imperfeita, condição para haver até mesmo interesse na compra das estatais (à parte negociatas descompromissadas com o futuro do patrimônio público)!

Fechando-se os parênteses em apreço, convém retomar a análise da disputa por quinhões marginais de sobras da produção.

O capital industrial (usualmente abrangido pelo termo promíscuo de "empresários") desfruta uma participação na renda relativamente mais garantida. Trata-se de desfrute que não hesitar em preservar o seu "realismo" no mercado, através de ajustes preventivos de preços, graças à imperfeição concorrencial (monopólios, oligopólios e cartéis). Não tem sido por outra razão que o "mark-up" e os lucros em geral têm estado na mira dos ministros da fazenda, embora as constantes ameaças caiam no vazio, pelos óbvios motivos da proximidade e sobretudo propriedade da produção mesma, de cuja urgência e inevitabilidade advém o poder de barganha dos empresários propriamente tais.

O capital mercantil, decisivamente identificado com os donos de hiper e supermercados, também possui barganha suficiente para não perder sua participação na renda. As respectivas margens de comércio não ficam ameaçadas por importações mais liberalizadas. Talvez, até venham a melhorar. Apesar de se exporem mais diretamente ao "controle" de preços por parte das autoridades, dispõem de alternativas, sobretudo no

¹⁵ Tal relação caracteriza um jogo duplo da intermediação financeira (ou dos profissionais que se servem do Estado para promover hegemonia do capital): ao lado dos governos de planão, essa intermediação participa da "produção" de serviços de dívidas, da senhoriação e do imposto inflacionário; e, ao lado do capital, escuda-se no "realismo" circular-vicioso da expansão dos ativos financeiros no exterior para pautar a taxa de juros que remunera os referidos "serviços". Eis aí um pacto que leva à "privatização" do estado e à "publicização" do mercado!

mercado de capitais, tanto para carregar estoques em consignação, quanto para girar recursos na "ciranda financeira". Justapõe-se, à esta mesma barganha, a economia subterrânea, na qual o comércio assume papel dominante (camelôs e seus fornecedores). A participação desta última economia na renda está criticamente fora de controle das autoridades, de tal forma que só a concorrência no seu próprio âmbito a impediria de perseguir o "realismo" dos pertinentes rendimentos.

O Estado tem insistido em melhorar sua parcela de rendas, através de pacotes fiscais a cada final de ano, medida precariamente suplementada por combate à sonegação. No entanto, e já que o dinheiro do Estado também não tem carimbo, tais pacotes bem que merecem a acusação de que têm sido justificados, e "aprioristicamente", para garantir a continuidade da "confiança" no endividamento público (rubrica dos juros e demais encargos no orçamento)¹⁶. Afinal, não se tem notícia de que credores tenham morrido por preocupação ou por rendimentos abaixo da linha de pobreza, ao contrário de aposentados e de inúmeros desvalidos que recorrem a hospitais públicos ou que não podem candidatar-se sequer à condição de desempregados.

Restam, então, segmentos que conjuntamente encontram-se mais vulneráveis.

Destes segmentos, desfrutam participação relativa mais garantida os empregados com carteira assinada, melhor organizados e que trabalham em setores monopolistas e oligopolistas da produção real. No entanto, mesmo estes ficam expostos a recontração, a menos que detenham especialidades estratégicas para a empresa.

A seguir, colocam-se os empregados com carteira assinada nos setores que controlam a geração, apropriam e destinam centralistamente as sobras da produção: funcionalismo (pago à conta de tributos) e empregados em empresas do Estado, inclusive bancos oficiais. Estes dois segmentos serão os mais expostos a perderem quinhão de renda para que a estabilidade possa continuar. Este é o sentido "curto-prazista" da reforma do funcionalismo, até certo ponto já implementada, graças a reajustes de pertinentes vencimentos, realizados em base legal instável, porque ao capricho de ministros ou mesmo de presidentes de governos de plantão.

Diante da força organizacional, corporativa e política desses últimos três segmentos, torna-se visível a razão de os economistas, ora no plantão do "curto-prazismo", proporem "reforma das relações de trabalho, algo que tirasse amarras hoje existentes como unicidade sindical, imposto sindical e poder normativo da Justiça do Trabalho...". Seria porque "Da combinação desses fatores, nascem os cartéis de alguns setores trabalhistas e empresariais que acabam perpetuando esquemas indexados de reajustes incompatíveis com a estabilidade a médio prazo,"¹⁷.

¹⁶ Nos últimos meses, a receita fiscal da União tem aumentado a taxas elevadas (cerca de 14% até agosto de 1994). Sintomaticamente, não se tem notícia sobre o montante de senhoriagem decorrente da remonetização da economia, através da emissão de reais. Além disso, existe certa tendência a que seja ampliada a participação da carga fiscal no PIB (de cerca de 24% para algo próximo a 29%).

¹⁷ "O desafio é crescer, ..." mat. cit. A propósito, ressalte-se que o PIB brasileiro, avaliado ao preço do "Big-Mac" do Mc Donald's em outros países, poderia equivaler a cerca de US\$750 bilhões. Por que, então, um "choque de assalarição" não permitiria ser expandida em mais de 167% a massa de salários? Ou seja, por que as assim auto-intituladas "classes produtoras" precisariam, no limite, operar a custos privados "zero", enquanto as ainda não intituladas "classes apropriadoras" compreenderiam, também no limite, todo o custo (social) de produção? Por que, afinal, precisariam autojustificar-se os pesos de 40% ou menos para a massa de salários "versus" 60% ou mais para o "excedente operacional bruto", não havendo outro caminho senão este, o mesmo da gênese da "Belíndia"? Abertura plena ao exterior, permitindo entrada maciça de utilidades e de capitais externos, seguida de ampla desvalorização da taxa de câmbio (para que esta taxa se compatibilize com a baixa produtividade média da economia doméstica), também não elevariam, em um futuro próximo, o valor nominal do PIB brasileiro, pelo simples fato de fazerem com que os rendimentos do trabalho e da iniciativa na produção real venham a perder, ao invés de ganhar participação na renda, proporcionalmente a tal desvalorização?

A disputa por quinhões de participação na renda não resulta apenas em alargamento, à margem, de disponibilidade de sobras da produção, mas faz emergir, também, instabilidade econômica. Trata-se de uma conjuntura muito desfavorável à estabilidade de preços. Por força de seus determinantes de fundo, ainda sequer apropriadamente diagnosticados, tal conjuntura constitui um cenário de imprevisibilidade econômica, inclusive a curto prazo.

Associando-se, a essa imprevisibilidade, a mencionada relativização da garantia de propriedade, esse cenário assume contornos de incertezas crescentes, inclusive a médio e longo prazos. Com isso, ficam bem mais remotas as chances de se retomar o crescimento, mormente se sustentado.

O aumento dos investimentos externos de risco tenderá a ser especulativo, ainda que se dirija ao mercado acionário. Já os investimentos diretos preferirão a propriedade de processos e marcas, quando não de potenciais meios de produção, contribuindo para agravar ainda mais os fechamentos de fronteiras (pela propriedade) às iniciativas de produção inequivocamente real.

IV INTEMPESTIVIDADE DA ABERTURA AO EXTERIOR

Para a questão da equidade, e longe dos que se escudam em "políticas sociais compensatórias", a abertura ao exterior (redução drástica de tarifas de importação e outras restrições não só à entrada de mercadorias de origem externa, mas estrategicamente ao movimento de capitais) está sobrepondo outra crise de escassez de financiamento real, àquela intempestivamente ocorrida por volta dos anos cinquenta e ainda sequer encaminhada para solução.

Duas são as ordens de problemas, decorrentes da superveniência da intempestividade da abertura externa e pertinentes à insuficiência ou escassez de financiamento real. A primeira diz respeito a pressões adicionais sobre o gasto público e a segunda volta-se para as implicações da modernização produtiva, sobretudo da indústria. Ambas insistirão para que a tríade "fisco-moeda-câmbio" volte a ser substituta de financiamento real, ainda que, para tanto, resulte ilusória.

Ao contrário dos países já desenvolvidos - com crescimento demográfico estagnado e infra-estrutura econômica e social já lançada, bastando apenas reciclar e avançar -, observam-se no Brasil não só contingentes de jovens que chegam ao mercado de trabalho, os quais precisam ser atendidos com oportunidades adicionais às já existentes, mas também pressões por expansão e inclusive recuperação da infra-estrutura econômica e social, além de reciclagem e sobretudo avanço. Ora, se até profissionais de economia não se dão conta do ilusório e (re)concentrador apelo à tríade "fisco-moeda-câmbio" para substituir financiamento real, o que se deve esperar de tais pressões? Como contê-las?

A par desse aspecto aparentemente legítimo de pressões por gasto público - pressões que não serão resolvidas pela privatização da infra-estrutura econômica -, há a barganha de grupos influentes que não hesitarão em capturar a tríade "fisco-moeda-câmbio" para obter vantagens corporativas ("pacto implícito de menos desiguais"), vantagens que lhes permitam, antecipadamente, importar a qualidade de vida já experimentada em países desenvolvidos. Mesmo que essa tríade venha a ser protegida de tal captura, na esteira de boas intenções do Plano Real, não será possível evitar certas adversidades. Entre estas

destaca-se a "artificialização da oferta", através da manipulação de estoques de produtos agrícolas e matérias-primas industriais, de origem doméstica ou agora já importadas, como alternativa para a ausência de uma ciranda financeira, com seus juros viciosamente altos. De onde adviriam recursos financeiros e gerenciais para estoques reguladores nas proporções exigidas para fazer frente a tal "artificialização"?

A segunda ordem de problemas decorre de o custo do ajuste macroeconômico recair tão somente sobre a produção real ("aperfeiçoamento" microeconômico). Intensifica-se, por isso, a perversidade do MODO de obter sobras desta produção, na esteira de como estas sobras têm sido marginalmente obtidas. Daí porque esse custo torna ainda mais frágil a ponte entre a conjuntura e a estrutura: a possibilidade de ser reduzir a remuneração real do trabalho, sobretudo nos períodos de escassez de financiamento externo. Disto é exemplo, e dos mais marcantes, o período 1990 para cá. É nesta perspectiva de ajuste que precisa vir situada a modernização da produção e mormente da indústria, como algo desavisadamente sádico.

A modernização da indústria, na esteira das soluções adotadas por empresas transnacionais (inclusive porque as indústrias brasileiras, em grande parte, também compõem o conjunto destas empresas), passou a recorrer a uma reengenharia francamente desfavorável ao emprego, pelo menos por um período de extensão ainda não avaliado. Isto carece de crítica mais aprofundada.

Em um contexto econômico em que a esmagadora maioria das pessoas adultas está capacitada a produzir, dentro dos padrões de preço e qualidade os mais competitivos, é de se esperar que os jovens contem com rendas familiares para obterem a mesma ou outra mais avançada capacitação para produzir, ainda que o remanescente "estado de bem-estar" venha a falhar na sua obrigação de universalizar a educação básica, bem como de cooperar com o setor privado no (re)treinamento da força de trabalho. Ademais, nos bastidores das condições de demanda em tais contextos econômicos, os consumidores livremente adquirem o que eles mesmos produzem (uma riqueza que, em contextos sem estas características, mereceria ser apelidada de "preferencial"¹⁸).

Ora, este não é o caso do contexto brasileiro, onde capacitação a produzir, diante de multiplicadas oportunidades de acessar "riqueza preferencial", torna-se tarefa ainda bem mais complexa, sobretudo quando é preciso haver correção do processo em períodos cada vez mais apertados. Com efeito, a obsolescência é aí mais rápida, as habilidades se diversificam e se especializam, enquanto o custo de (re)treinamento também se desvela em franca aceleração. Dessa forma, em um contexto em que ainda não foram criadas condições de universalizar tal capacitação, terá que existir saída pragmática: mistificar a questão da igualdade de oportunidades, tendo em vista que um encadeamento de restrições irá automaticamente determinando os estratos sociais a serem beneficiados (15%, aproximadamente, à luz da razão entre, de um lado, a população no mundo desenvolvido, e mesmo aí em nichos de melhor qualidade de vida, e de outro lado, a população no resto do mundo, bem como aquela fora desses nichos). Os contingentes

¹⁸ *Entre as características desta riqueza, em contextos criticamente inaptos a produzi-la, destaca-se aquela de que as pessoas provocam inadvertidamente até o seu próprio desemprego. Para tanto, basta que prefiram despende, com riqueza assim preferencial, as rendas obtidas na produção de riqueza até então consumida e que, por isso, perde mercado. Trata-se do vezo contraditório da liberdade. Graças a este vezo, já é observável a "produção" do próprio consumidor pela autopropaganda da riqueza assim preferencial.*

sobrantes terão que ser "neutralizados", de que é sintoma alarmante a crescente equívocação entre delinqüência e marginalização.

Associe-se, a esse cenário, a função desagregadora do tecido social assumida pelo tráfico de drogas e pelo crime organizado (seqüestros, assaltos, roubo de veículos, além de prisões já superlotadas e funcionando como escolas de criminalidade).

Face a tal cenário, sobretudo desfavorável ao emprego por prazo indefinido, soa estranho que a burocracia estatal, puxada por economistas pagos pelo estado, não se dedique, e em tempo integral, a antecipar as externalidades da modernização, para de alguma forma minimizar-lhes a perversidade. No entanto, o que tem sido presenciado é essa burocracia dedicar-se a promover "pleonasticamente" tal modernização, alheia à expectativa de que, em um contexto social tão imitativo e tão exposto a ser vitimizado por modismos, como o é o brasileiro, a internalização dessas inovações, mais cedo ou mais tarde, inevitavelmente chegaria. Ressalte-se, também neste caso, o quanto uma já desconexa tecitura social enreda-se em contradições.

V Conclusões

O cenário dos determinantes conjunturais é extremamente propenso ao agravamento do desemprego e à redução da massa global de salários, conquanto, no curtíssimo prazo e sobretudo não-globalmente, possa apresentar outras sinalizações.

O cenário dos determinantes estruturais nunca esteve tão favorável à aceleração, à margem, da instabilidade econômica, política e institucional.

O crescimento econômico será prejudicado pelas incertezas crescentes e se, eventualmente, vier a ocorrer algum surto de expansão, manterá sua tendência à (re)concentração da renda e, por isso mesmo, não será sustentado.

A tirania do "curto-prazismo" não será amenizada, para a maior glória de ministros-de-fazenda, intensificando-se a fragilidade da ponte entre o que magicamente tem sido atribuído à tríade "fisco-moeda-câmbio" e os determinantes estruturais (população, infra-estrutura social, força de trabalho, recursos naturais e infra-estrutura econômica, os quais ficarão ainda mais expostos à velha exploração imediatista e globalmente irresponsável).

A questão social tenderá a sabotar as condições supostamente mais favoráveis ao melhor encaminhamento das econômicas, a não ser que seja removida a máscara não apenas do discurso político sobre o encaminhamento desta questão, como também das assim ditas medidas compensatórias. Então, sim, intensificar-se-á, nas proporções "necessárias", a já observável "guerra civil não declarada" cujo subproduto vem sendo a matança, inclusive explícita, de marginalizados, mais fracos ou desprotegidos. Se o Plano Real for para valer, dentro de sua (residual) ortodoxia, terá que tirar tal máscara. Quem sobreviver, que o relate!

